

Plano B é descartado pela maioria dos economistas

Para especialistas, ajustes na política econômica são mais recomendáveis do que mudanças

SÔNIA ARARIPE E NICE DE PAULA

Mudanças radicais na política econômica não são a melhor saída agora, no entanto, propostas sérias podem – e devem – ser consideradas para que se alcance a tão esperada trajetória do crescimento sustentado. Esta foi a opinião da maioria dos economistas que participou do *Balanço Mensal* do *Jornal do Brasil*: Cláudio Haddad, presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc) Helder Ferreira Mendonça, professor da Universidade Federal Fluminense; José Luiz Oreiro, professor da Universidade Federal do Paraná; Luis Paulo Rosenberg, da Rosenberg Associados, e Marco Bonomo, da Fundação Getúlio Vargas.

Apesar de divergências em alguns pontos, em coro, os especialistas concordaram que o controle da inflação é uma conquista da sociedade e que o caminho fácil da ganância desordenada, às vésperas de eleições, precisa ser a todo custo evitado. Entre as sugestões apontadas estão o empenho pela aprovação da agenda microeconômica, incluindo marcos regulatórios e regras claras para investimentos de longo prazo, combate ao endividamento e à vulnerabilidade externa, redução do superávit primário e mudanças no sistemas de metas de inflação.

O problema, ressalta Marco Bonomo, da FGV, é

que as incertezas ainda existem. Políticos com algum grau de influência no governo propondo alternativas que alterem radicalmente a política atual deixam os investidores ressabiados.

– Avancamos muito, pois demonstrou-se que é possível um governo de esquerda com política macroeconômica responsável. Mas ainda existe o passo seguinte, há incertezas no ar. O que todos querem é um crescimento sustentável. Quando não houver mais economistas com peso político importante propondo medidas irresponsáveis, esta incerteza terá diminuído e os investidores se sentirão muito mais seguros – observa.

Para Cláudio Haddad, presidente do Ibmecc, o governo tem tido sucesso na condução da política econômica e o Banco Central faz bem em manter os juros, porque a ameaça da “inflação continua aí”. Segundo ele, o que falta é o país cumprir a agenda microeconômica.

– Temos que focar a agenda micro com vigor! É difícil, é complexa, mas tem que ter vontade de fazer. Às vezes não vejo essa vontade de fazer, às vezes vejo um comportamento ambíguo. As pessoas falam que estão preocupadas com o crescimento econômico, mas a ação não corresponde ao que elas dizem.

O economista também rebate a tese de que o país precisa exportar produtos com maior valor adicionado e defende que as vantagens competi-

vas naturais para produtos agrícolas e minerais seja motivos de orgulho e não de vergonha.

O consultor Luís Paulo Rosenberg, sócio-diretor da Rosenberg&Associados, adverte para os riscos de uma crise causada pela vulnerabilidade externa, para o impacto do que possa acontecer caso a economia americana passe por um forte ajuste e para as pressões políticas.

– Esta é uma política econômica que não consegue seduzir, cativar, ao contrário, é um núcleo de resistência dentro do governo.

O professor José Luiz Oreiro, da Universidade do Paraná, foi o único a apresentar uma proposta alternativa para o atual modelo – com controle de capitais e redução nos atuais superávits fiscais para algo em torno de 3% ao ano –, mas ele deixa claro que não vê clima político hoje para o Partido dos Trabalhadores apoiá-la.

– O grupo de acadêmicos que represento propõe mudanças para acelerar o crescimento. Não falamos em calote ou em desrespeito aos contratos. Mas algo precisa ser mudado. Só não acreditamos que este governo é que irá fazer esta guinada.

Já o professor Helder Ferreira Mendonça acredita que o calcanhar de Aquiles da política econômica está no sistema de metas de inflação que “não funciona”. A prova, diz é que as metas vêm sendo sistematicamente descumpridas.